

## **Diálogo entre Lazer e Hospitalidade no Desenvolvimento Rural: novas perspectivas**

*Diálogo Entre el Ocio y la Hospitalidad en el Desarrollo Rural: nuevas perspectivas*

*Dialogue Between Leisure and Hospitality in Rural Development: new perspectives*

Dan Gabriel D'Onofre<sup>1</sup>  
Marcelino de Souza<sup>2</sup>

*A gente não quer só comida / A gente quer comida / Diversão e arte /  
A gente não quer só comida / A gente quer saída / Para qualquer parte...  
Comida – Titãs (FROMER, ANTUNEST, BRITTO, 1987)*

### **Resumo**

O presente artigo versa sobre a relação entre o lazer e a hospitalidade dentro do paradigma do desenvolvimento rural. Ambos os fenômenos ainda se encontram em fase incipiente dentro do debate que envolve as teorias do desenvolvimento aplicadas e refletidas para o espaço rural. Assim, demonstra-se qual é o atual lugar da hospitalidade e do lazer dentro das reflexões realizadas para o desenvolvimento rural, proporcionando novas facetas que visam ampliar o espectro de análise sobre ambos os fenômenos enquanto reivindicações sociais. Tenciona-se valer da abordagem das capacidades elaboradas por Amartya Sen com a finalidade de subsidiar a presente elucubração, assim como fundamentar o viés que o turismo possui enquanto elo entre todos os temas em debate. Dessa forma, o artigo foi construído com base nas definições teóricas elaboradas por diversos pesquisadores da área da hospitalidade e do lazer, os quais fundamentam a construção de uma crítica que reposiciona as temáticas no desenvolvimento rural.

**Palavras-chave:** Lazer, Hospitalidade, Turismo, Desenvolvimento Rural.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais, Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor Assistente do Curso de Turismo do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Brasil. E-mail: dan\_n\_3@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bacharel em Engenharia Agrônoma pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor Associado do Departamento de Economia e Relações Internacionais e dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e de Agronegócios da UFRGS. Brasil. E-mail: marcelino.souza@uol.com.br.



## **Resumen**

*Este artículo se centra en la relación entre el ocio y la hospitalidad en el paradigma del desarrollo rural. Ambos fenómenos se encuentran todavía en una etapa temprana en el debate en torno a las teorías de desarrollo aplicados y se refleja en el campo. Por lo tanto, se demuestra lo que es el lugar actual de la hostelería y el ocio dentro de las reflexiones realizadas para el desarrollo rural, proporcionando nuevas facetas que tienen como objetivo ampliar el análisis del espectro de ambos fenómenos como las demandas sociales. Se pretende hacer valer las capacidades de enfoque desarrollado por Amartya Sen para subsidiar esta profundidad, así como fundamentar el sesgo que tiene el turismo como un vínculo entre todas las cuestiones planteadas. Por lo tanto, el artículo fue construido en base a las definiciones teóricas elaboradas por muchos investigadores en el campo de la hostelería y el ocio, que subyacen en la construcción de un reposicionamiento de los temas críticos en el desarrollo rural.*

**Palabras claves:** Ocio, hospitalidad, turismo, desarrollo rural.

## **Abstract**

*This article focuses on the relationship between leisure and hospitality within the paradigm of rural development. Both phenomena are still at an early stage in the debate surrounding the development theories applied and reflected to the countryside. Thus, it is shown what is the current place of hospitality and leisure within the reflections made for rural development, providing new facets that aim to broaden the spectrum analysis of both phenomena as social demands. It is intended to assert the capabilities approach developed by Amartya Sen in order to subsidize this profundity, as well as substantiate the bias that tourism has as a link between all the issues involved. Thus, the article was built based on the theoretical definitions elaborated by many researchers in the field of hospitality and leisure, which underlie the construction of a critical repositioning the themes in rural development.*

**Keywords:** Leisure, Hospitality, Tourism and Rural Development.

## **1. Introdução**

O lazer e a hospitalidade carecem de mais reflexões sobre seus lugares no desenvolvimento rural. Esses fenômenos vêm sendo abordados por uma única perspectiva, a qual se assenta nas reflexões sobre o espaço rural enquanto local apto e legítimo para a prática de atividades de lazer de cidadãos. Muitas das vezes são esses materiais que consubstanciam o aparato de políticas públicas elaboradas para o fomento do turismo no espaço rural. Mas e a hospitalidade e o lazer para as famílias rurais?

É sabido que as discussões sobre desenvolvimento rural vêm ampliando os seus espectros de análise, em consequência do reconhecimento de teóricos que defendem que ações voltadas somente ao setor primário não mais satisfazem as necessidades e demandas das famílias rurais e urbanas. A assunção de multifuncionalidade que a agricultura tem passado requisita novos olhares sobre a necessidade de se refletir fenômenos como o turismo no espaço rural, a hospitalidade e o lazer, relacionando-os com a qualidade de vida dos seres humanos envolvidos.

Destarte, propõe-se elucidar os conceitos de lazer e hospitalidade, relacionando-os ao desenvolvimento rural, não somente pelo aspecto que se resume à oferta de estruturas para o lazer de cidadãos no espaço rural, mas também como possibilidade de contribuir às questões sociais relacionadas à alimentação, à moradia e ao entretenimento das famílias rurais. O esforço não se resume em solidificar os conceitos de lazer e hospitalidade; assim, almeja-se convidar tanto o lazer, quanto a hospitalidade a novos lugares dentro do desenvolvimento rural com o apoio da abordagem das capacidades de Amartya Sen.

## **2. Metodologia**

A fim de trazer tanto a hospitalidade, quanto o lazer às discussões que giram em torno do desenvolvimento rural, optou-se por elaborar uma revisão bibliográfica que introduzisse ambas temáticas ainda incipientes nesse debate. Dessa forma, buscaram-se dados secundários referentes às principais obras estudadas no campo do turismo, bem como os referenciais da sociologia, antropologia e economia que tem o rural também como recorte espacial de análises. Logo, realizou-se uma compilação de teorias e perspectivas que permitem o embasamento do lazer e da hospitalidade dentro do paradigma do desenvolvimento. Assim, a estratégia é que esse ensaio abra uma perspectiva crítica que insira estes campos de análise nos estudos vindouros sobre o desenvolvimento rural, através de um viés que privilegie aspectos relacionados à qualidade de vida de famílias rurais.

## **3. A Perspectiva de Sen Sobre Desenvolvimento: o bem estar em foco**



O desenvolvimento é tema de densas teorias, as quais em sua maioria versam sobre a qualidade de vida, seja essa atrelada ao crescimento econômico, à mitigação dos impactos ambientais, como também à expansão das liberdades. O economista indiano Amartya Sen teorizou o desenvolvimento a partir da abordagem das capacitações humanas, conferindo outra forma à temática a qual sempre se encontrava estritamente atrelada ao crescimento econômico. Sen tem reconhecido papel crítico ao defender que o objetivo do desenvolvimento é a expansão das capacidades humanas, sendo o crescimento econômico um dos fatores que instrumentaliza o alcance do bem estar.

Na obra “Desenvolvimento como liberdade”, Amartya Sen (2000, p. 53) apresenta duas visões sobre o desenvolvimento: (1) a *antidemocrática*, caracterizada como processo doloroso que exige disciplina e que assuntos como direitos civis sejam postergados; e (2) *processo amigável* onde as redes de segurança social, liberdades políticas, ou desenvolvimento social são bem vistos. Coadunando com a segunda visão, Sen defende que a liberdade é considerada fim primordial e principal meio ao desenvolvimento. O autor prossegue ao definir os papéis constitutivo e instrumental da liberdade, sendo tanto sua promoção do mesmo modo que das capacidades complementares (direitos civis), o objetivo do desenvolvimento. Ou seja, o exercício desses direitos civis é a forma para se conquistar o desenvolvimento. Amartya Sen afirma que a

“[...] eficácia da liberdade como instrumento reside no fato de que diferentes tipos de liberdades apresentam inter-relações entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos” (SEN, 2000, p. 54).

Ao pensar o desenvolvimento enquanto a promoção e obtenção de direitos civis, Sen (2000) revela que as capacidades mais básicas para o desenvolvimento humano são comandar uma vida longa e saudável, ter conhecimento, ter acesso a recursos que garantam um padrão de vida adequado e ser capaz de participar da vida em comunidade. Sen tornou-se expoente nos estudos sobre pobreza e privações humanas, revelando que o fator renda não necessariamente influencia na incidência ou não desses fenômenos. Para o autor, a negação da liberdade básica de sobreviver é caracterizada pela fome, sendo essa a privação de intitamentos (*entitlements*). O intitamento, segundo Sen e outros (1989), pode ser classificado como

“conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso dos vários canais legais de aquisição facultados a uma pessoa” (apud Sen, 2000, p. 54). As coisas que uma pessoa pode considerar valioso ter ou fazer são descritas pelo autor como funcionamentos (*functionings*). Segundo o autor,

Os funcionamentos valorizados podem variar dos elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a atividades e estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio (SEN, 2000, p. 95).

A fim de elucidar sua abordagem, Sen completa que as combinações alternativas desses funcionamentos são consideradas como capacidades (*capabilities*). Esse é o cerne de sua abordagem, pois Sen promove que é através da habilidade de conseguir determinado funcionamento que se alcança a liberdade de escolha por uma vida que se tenha razão para valorizar. O autor dá um exemplo que explica seu ponto de vista

[...] uma pessoa abastada que faz jejum pode ter a mesma realização de funcionamento quanto a comer ou nutrir-se que uma pessoa destituída, forçada a passar fome extrema, mas a primeira possui um ‘conjunto capacitário’ diferente do da segunda (SEN, 2000, p. 95).

Ou seja, o que Sen revela em sua abordagem é que as pessoas, em geral, devem usufruir intitulentos o suficiente para opinarem seu destino. No exemplo citado acima, duas pessoas passam fome, sendo uma por opção, por valorizar esse estado de jejum; e outra sequer possui um conjunto de bens que bastem para saciar sua fome, obrigando-a a encontrar-se tolhida da liberdade básica de sobreviver. A abordagem de Sen não se restringe a uma espacialidade, como um país, um continente, ou mesmo áreas urbanas ou rurais. Avançando o extenuante debate sobre as diferenças e semelhanças entre um urbano ou um rural, reitera-se que há obras que discutem o desenvolvimento no rural. Kageyama (2008, p. 58), por exemplo, defende que ideias gerais sobre o desenvolvimento podem ser aplicadas ao desenvolvimento rural (DR), “como conceito ancorado no tempo (uma trajetória de longo prazo), no espaço (o território e seus recursos) e nas estruturas sociais presentes em cada caso”.



Kageyama recorre aos estudos de Van der Ploeg e outros (2000) a fim de especificar as singularidades que o DR vai assumir para contemplar as demandas do rural. Esses autores, segundo Kageyama (2008, p. 59), relatam que na Europa o paradigma da modernização da agricultura fora a “principal ferramenta para elevar a renda e levar o desenvolvimento às comunidades rurais”, muito embora haja tendências que visam a superação desse “por um novo paradigma [...], buscando um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos, sinergias com os ecossistemas locais, a maior valorização das economias de escopo em relação às economias de escala, e a pluriatividade das famílias rurais”. Esse último paradigma em tela é denominado por Van der Ploeg e outros como *desenvolvimento rural*, o qual

[...] implica na criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo; representa, enfim ‘uma saída para as limitações e falta de perspectiva intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe’ (2000, p. 395 apud Kageyama, 2008, p. 59).

É indubitável que a agricultura e a pecuária constituam os principais setores econômicos das áreas rurais brasileiras, todavia, esse cenário não é uniforme. O soergimento de outros setores que compõem o mosaico econômico do Brasil rural vem tomando contornos e matizes mais amplos e intensos. Há unidades da federação que apresentam áreas rurais com economias ligadas ao setor primário, em detrimento de outras que já não encontram a mesma vocação ao agronegócio, por exemplo.

Ao retomar as discussões sobre DR, Kageyama (2008) pontua duas características fundamentais na trajetória de paradigmas que se distinguem do modelo modernizante: a diversidade (de atores envolvidos, de atividades empreendidas e de padrões de motivação emergentes) e a multifuncionalidade (reconfiguração que se opera no interior das unidades agrícolas e entre a agricultura e outras atividades rurais). Sob esse último aspecto, Kageyama ainda reitera que a multifuncionalidade implica a reconfiguração no uso dos recursos como a

terra, trabalho, conhecimento e natureza. Com a configuração desse panorama, Kageyama recorre a Knickel e Renting, cuja concepção de DR

[...] consiste então numa grande variedade de novas atividades como a produção de bens de alta qualidade ou região-específicos, a conservação da natureza e da paisagem e o agri-turismo, as quais se caracterizam pela multidimensionalidade, multifuncionalidade e elevado grau de integração (2000 apud Kageyama, 2008, p. 70).

O que já havia sido exposto anteriormente torna o cerne da questão que envolve o DR: a inter-relação entre agricultura com os demais setores econômicos. O que o paradigma da modernização agrícola programara com enfoque somente na mecanização e no aumento da produtividade de gêneros agrícolas não condiz com o modelo de DR que se vislumbra. Segundo Kageyama (2008, p. 72) a análise do DR, na atualidade, deve perceber o desenvolvimento agrícola coadunado ao desenvolvimento da rede urbana local e regional, pois, segundo palavras da autora, “é nesse espaço que muitos membros das famílias agrícolas encontrarão fontes de renda complementares, vitais para a preservação da própria atividade agrícola”. Apesar de essas definições darem conta da inserção de novas atividades produtivas, elas não abarcam a expansão de direitos civis aos rurais. Caso se pense o lazer e a hospitalidade, objeto de análise nesse trabalho, pode-se imaginar que o desenvolvimento rural sobre essas bases se sustentaria através da atividade turística no espaço rural onde famílias rurais deveriam desempenhar a função de anfitriões comerciais para o lazer de cidadãos. A fim de desestabilizar essas perspectivas, em seguida elucidam-se os conceitos fundamentais do lazer e da hospitalidade.

#### **4. O Que é Lazer?**

A experiência humana sobre o tempo variou conforme os processos de adaptação que os mais variados grupos humanos desenvolveram na Terra. Manuel Castells (2005) ao tratar sobre o tempo intemporal elege o caso da Rússia medieval onde tradicionalmente o tempo era eterno, sem começo nem fim. Apesar deste cenário, houve esforços estadistas para organizar a vida em torno do tempo cronometrado com vistas a modernizar a nação. A primeira grande mudança ocorrera durante a gestão de Pedro, o Grande, que fora audacioso ao “mudar o curso

do sol” e levar a Rússia da Era Medieval ao século XVIII em apenas duas semanas. Por meio de dois decretos, segundo Castells, Pedro introduzira em seu país o calendário juliano<sup>3</sup>, fato preponderante, pois até então calendário em voga colocava o ano novo russo no equivalente ao 1º de setembro de nosso calendário atual. Dessa maneira, Pedro, o Grande igualara o tempo russo às demais nações europeias.

Mudança mais incisiva ocorrera após a Revolução Bolchevique. De acordo com Castells (2005), já à época da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Lênin é influenciado pela “organização científica do trabalho”, a qual passa a ser adotada nas nascentes indústrias da extinta nação. Todavia, enquanto no paradigma capitalista a aceleração do trabalho estava ligada a dinheiro com aumento do pagamento, no comunismo este fenômeno é motivado pela ideologia de serviço ao Estado. Independentemente do modelo adotado por cada país que iniciara suas inserções ao paradigma industrial, o que está em jogo é a mudança na experiência humana quanto ao tempo. Se antes das revoluções industriais não havia uma divisão nítida na experiência temporal, o tempo de trabalho nas fábricas mudara toda a lógica da vida humana do nascente proletariado manufatureiro.

Sarah Bacal (2003) realizou um importante trabalho referente às mudanças no tempo humano. Para a autora, o surgimento da sociedade industrial mudou a relação humana com seu ambiente cujo lastro passa a ser o cálculo temporal. Bacal revela que tal transformação impactara o pensamento e o comportamento do homem atual, mormente no que se refere à organização das atividades produtivas. Reformas do sistema produtivo, do mesmo modo que no comportamento do consumidor (ver mais em CAMPBELL, 2001) efetuaram um rápido processo de desenvolvimento tecnológico moldado sob a égide do racionalismo cartesiano, movimento capaz de iniciar a secessão entre casa e lar, tempo de trabalho e tempo liberado.

Conseqüentemente, as pessoas que foram recrutadas para ocupar os postos de trabalho nas primeiras fábricas podem ser consideradas como as precursoras da regulamentação do *tempo necessário*, conceito que se confunde com o trabalho, que pode ser apreendido como aquele que o ser humano “atua em função de objetivos que lhe garantem a satisfação das urgências vitais” (BACAL, 2003, p. 20). A parcela do tempo total subtraída do tempo necessário resulta

---

<sup>3</sup> De acordo com Wikipédia, o calendário que estava em voga no oeste europeu era o gregoriano, o qual havia sido implantado pela Holanda, nação que abrigara Pedro, o Grande, quando em excursão, no ano de 1582. A Rússia apenas adere o calendário gregoriano em 1918, após a Revolução Bolchevique (WIKIPÉDIA, 2013).

no que Bacal classifica como *tempo liberado*, parcela do tempo que grosso modo é dedicada ao lar a incluir afazeres domésticos, recomposição biofísica (sono, alimentação, higiene...), o qual contém o *tempo livre*. Este sim é a parcela de tempo liberado tanto do trabalho doméstico, quanto do extradoméstico, onde seres humanos entregam-se às atividades por eles priorizadas, incluindo-se o lazer.

Embora essas conjecturas desemboquem em reflexões sobre a contraposição do lazer ao trabalho, Lohmann e Panosso Netto (2008) apontam que é equivocado defender tal prerrogativa. Segundo esses autores, o trabalho é necessário para haver a categoria tempo livre, dentro da qual está situada a possibilidade de lazer. Vale ressaltar que a quantidade de cada categoria de tempo varia conforme os avanços técnicos, legais e culturais de cada sociedade, cujo debate acadêmico apresenta inclusive defensores de que a humanidade caminha à sociedade do lazer (ver mais em DE MASI, 2000).

Para Dumazedier (2008) a produção do tempo livre, invólucro que contém o tempo de lazer, caracteriza-se não apenas pelo progresso técnico-científico. Ao verificar esse fenômeno, Dumazedier valeu-se de evidências empíricas divulgadas por outros pesquisadores (HENLE, 1966 apud Dumazedier, 2008, p. 55) que afirmam que o processo de fortalecimento do lazer contou tanto com a pressão dos sindicatos pelo aumento da massa salarial, bem como a redução do horário de trabalho, conjuntamente com a anuência das empresas que viam nesse tempo liberado de trabalhos a oportunidade para escoar sua produção via consumo. Além disso, para o autor o lazer também se favoreceu da regressão do controle social pelas instituições que classifica como “básicas da sociedade”: familiares, sociopolíticas e socioespirituais (DUMAZEDIER, 2008, p. 55).

Destarte, Dumazedier chega a uma definição de lazer enquanto “[...] único conteúdo do tempo orientado para a realização da pessoa com fim último” (2008, p. 91). Nesse sentido o autor chega à conclusão de que o lazer é

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares ou sociais (DUMAZEDIER, 1973, p. 34).

Em contrapartida, Dumazedier também aborda as perspectivas de filósofos, como Marcuse, que negam a existência dessas atividades pessoais chamadas de “lazer”. Para os que defendem a inexistência dessas atividades, é promulgado que o lazer é uma espécie de alienação, também considerado uma ilusão de livre satisfação das necessidades individuais, pois, segundo os marcusianos, essas “necessidades são criadas, manipuladas pelas forças econômicas da produção e do consumo de massas, conforme os interesses de seus donos” (DUMAZEDIER, 2008, p. 92).

De fato, Dumazedier concorda que os bens e serviços de lazer estão assim submetidos às mesmas leis do mercado que regem os demais componentes econômicos. Além disso, o autor alerta que essa padronização de origem político-econômica traz ou ameaça trazer graves problemas para o desenvolvimento social e cultural da sociedade. Esse temor que leva Dumazedier a considerar o argumento de Marcuse, assenta-se na possibilidade de esses comportamentos sociais e culturais padronizados limitarem a autenticidade e criatividade da comunicação dos indivíduos e dos grupos (DUMAZEDIER, 2008, p. 93). Embora haja certa veracidade na perspectiva marcusiana sobre alienação que se apropria do lazer, Dumazedier refuta a generalização desse filósofo ao criticar sua postura quanto à negligência das subjetividades humanas. Dumazedier é enfático ao afirmar que

Não nos parece defensável falar *igualmente* (grifo do autor) de alienação para caracterizar aqueles que passam suas férias em Las Vegas ou em Cannes, segundo os prospectos do business turístico e aqueles – mais numerosos – que decidem passar com sua família as férias num cantinho ‘não muito caro’ ou aquele que com um amigo ou uma amiga, vai sonhar o seu gosto numa ilha solitária (DUMAZEDIER, 2008, p. 93).

Na defesa da existência do lazer, Dumazedier expõe quatro características que o constitui, em que a ausência de um deles anula sua existência. Assim, para que seja lazer é trivial que haja

a) caráter liberatório: o lazer é a liberação de um gênero de obrigações institucionais (instituições profissionais, familiares, socioespirituais, sociopolíticas); b) caráter desinteressado: o lazer não está submetido a fim lucrativo algum, como o trabalho profissional, a fim utilitário algum, como as obrigações domésticas, a fim ideológico ou proselitico algum, como os deveres políticos e espirituais; c) caráter hedonístico: o lazer se define



positivamente no tocante às necessidades da pessoa, mesmo quando essa realiza dentro de um grupo de sua escolha. Assim, o lazer é marcado pela busca de um estado de satisfação, tomando como fim em si; d) caráter pessoal: todas as funções manifestas do lazer expressa pelos próprios interessados respondem às necessidades do indivíduo, face às obrigações impostas pela sociedade (DUMAZEDIER, 2008, p. 94-96).

Dumazedier revela que quando uma atividade de lazer se torna obrigação, por exemplo, quando um futebolista amador é campeão e passa a ser profissional, perde-se o caráter liberatório da atividade, assim como muda a natureza, do ponto de vista sociológico, mesmo quando seu conteúdo técnico não muda (o futebolista continua a prática do esporte), mesmo quando a atividade proporciona ao indivíduo as mesmas satisfações<sup>4</sup>. Outro fator interessante é o que Dumazedier classifica como *semilazer*, sendo esse uma atividade híbrida em que o lazer é misturado a uma obrigação institucional por interesse do indivíduo. Segundo o autor, isso acontece

[...] quando o esportista é pago por uma parte das suas atividades; quando um pescador de vara vende alguns peixes; quando um jardineiro apaixonado pelas flores cultiva alguns legumes para nutrir-se; quando o aficionado pelo bricolagem faz reparos em casa, quando alguém vai para a festa cívica por divertimento mais do que a cerimônia em si, o quando um empregado lê um romance para mostrar ao chefe de serviço que o leu... (DUMAZEDIER, 2008, p. 95).

Acerca do caráter hedonista do lazer, Dumazedier recorre à teoria de Wolfenstein sobre a moralidade do divertimento (*fun morality*). De acordo com o autor, a felicidade não se reduz ao lazer, podendo ela acompanhar o exercício das obrigações sociais de base, embora a procura do prazer, da felicidade ou da alegria seja um dos traços fundamentais do lazer da sociedade moderna, a sustentar a moral reclamada acima. Para colocar em confluência tanto o hedonismo quanto a liberdade, o desinteresse e a individualidade, Dumazedier declara que

Ninguém é ligado à atividade de lazer por uma necessidade material ou por um imperativo moral ou jurídico da *sociedade* (grifo do autor), não ocorrendo o mesmo no que tange à obrigação escolar, profissional, sociopolítica, cívica ou socioespiritual (DUMAZEDIER, 2008, p. 96).

---

<sup>4</sup> Dentro do paradigma capitalista, numa nação como a nossa, onde o futebol tem apreciado lugar nas dinâmicas sociais, ganhar dinheiro praticando futebol é uma satisfação para milhares de pessoas.



Dumazedier em uma perspectiva funcionalista aborda três funções que o lazer apresenta: a) função de descanso; b) função de divertimento, recreação e entretenimento; c) função de desenvolvimento. Sucintamente, o autor revela que a *função de descanso* do lazer concerne à reparação das deteriorações físicas e nervosas provocadas pelas tensões resultantes das obrigações cotidianas e, particularmente, do trabalho (DUMAZEDIER, 1973, p. 32). A segunda função do lazer possui uma intrínseca relação com o tédio. Segundo Dumazedier, a *função de divertimento*, recreação e entretenimento consiste na evasão a um mundo diferente por intermédio de atividades reais, baseadas em mudanças do lugar (turismo, por exemplo), ritmo e estilo de vida (ruralidades), ou então recorrer a atividades fictícias.

A terceira e última *função de desenvolvimento da personalidade* depende, conforme Dumazedier, dos automatismos do pensamento e da ação cotidiana. O autor afirma o lazer permite uma participação social e mais livre, a prática da cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão, além da formação prática e técnica. Também oferece novas possibilidades de integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais (escolas de samba, grupos de escoteiros, etc...). Com relação à educação, Dumazedier diz que essa função do lazer possibilita o desenvolvimento livre de atitudes adquiridas na escola, sempre ultrapassadas pela contínua e complexa evolução da sociedade, além de incitar a adoção de atividades ativas na utilização de fontes diversas de informação (DUMAZEDIER, 1973, p. 33-4).

Dumazedier crê que essas funções do lazer são solidárias, unidas umas às outras, mesmo quando parecem que se opõem. Porém, o autor salienta que a função de desenvolvimento do lazer é a que possui uma grande importância para o incremento da cultura popular, muito embora seja a mais esquecida dentre as três. Por isso, Dumazedier declara que

A função de desenvolvimento pode ainda criar novas formas de aprendizagem voluntária, a serem praticadas durante toda a vida e contribuir para o surgimento de condutas inovadoras e criadoras. Suscitará, assim, no indivíduo liberado de suas obrigações profissionais, comportamentos livremente escolhidos e que visem ao completo desenvolvimento da personalidade, dentro de um estilo de vida pessoal e social (DUMAZEDIER, 1973, p. 34).

Sobre as funções do lazer, Dumazedier finaliza sua crítica a dizer que toda atividade que não oferece a alternância possível desses três gêneros de escolha é incompleto do ponto de vista das exigências específicas de realização da personalidade por si mesma, fora da rede de obrigações institucionais que a sociedade moderna propõe ou impõe (DUMAZEDIER, 2008, p. 97).

### 5. O Que é Hospitalidade?

O termo hospitalidade tem raízes históricas que se iniciam no século XIII. Segundo Grinover (2002, p. 27), a etimologia da palavra tem origem latina *hospitalitas*, essa mesma derivada de *hospitalis*. O autor também revela que a hospitalidade possui intrínseco elo com hospício, casa de repouso para viajantes e peregrinos durante o Medievo, embora esse fenômeno humano não tenha surgido lá. A expressão hospitalidade assumiu nas produções técnicas de língua inglesa um caráter reducionista, cujo cunho é extremamente economicista, haja visto que se refere à indústria de *catering* e à hotelaria como as únicas instâncias que compõem o campo. De fato, essa concepção está, segundo Lashley (2004, p. 02), atrelada aos serviços de oferta de alimentos, bebidas e acomodação, a compor as instâncias caracterizadas pelo autor como a “trindade da hospitalidade”. Na verdade, esse cenário conceitual restringe os limites da hospitalidade, sobretudo quanto aos aspectos socioantropológicos, espaciais, turísticos, etc.

Camargo complementa a visão de Lashley com a inserção do entretenimento à trindade. Segundo Camargo (2003, p. 16), “receber pessoas implica entretê-las de alguma forma”, sendo essa uma característica baseada na expansão dos ritos de hospitalidade enquanto lazer. Por mais que a trindade de Lashley pareça o bastante para definir a hospitalidade, o senso comum tende a associá-la, principalmente aos festejos, aos ritos que envolvem a alimentação e a acolhida, às músicas, às danças e a outros aparatos lúdicos que simbolizam a transgressão ao cotidiano.

Apenas para fins comparativos, tenciona-se demonstrar como há disparidades conceituais entre aqueles que se restringem em verificar os aspectos econômicos da hospitalidade, e os teóricos que venceram esse paradigma ao expandir os limites da área enquanto objeto de estudo. Segundo Dias (2002, p. 102), as publicações recentes dos países anglo-saxônicos (escola americana) se debruçam sobre o fenômeno da hospitalidade, com um recorte mais afinado aos aspectos comerciais que a apropriação capitalista provoca à hospitalidade. Dessa forma, Guerrier define a hospitalidade como

Um setor diversificado que abrange hotéis, restaurantes, bares credenciados, pousadas, empresas de *catering*, dos setores público e privado: na verdade qualquer organização que sirva alimentos e/ou bebidas e/ou ofereça hospedagem para as pessoas que estão longe de casa (2000, p. 53 apud Dias, 2002, p. 102).

Como contraponto, resgata-se a definição que Belchior e Poyares elaboraram sobre a hospitalidade, cuja essência compreende

[...] a prestação, gratuita ou não, de serviços obtidos normalmente por uma pessoa em seu próprio lar, mas que, por não possuí-lo ou por estar dele ausente, temporariamente, não os tem a sua disposição. Quando são oferecidas acomodações para o repouso ou descanso, caracteriza-se a hospedagem, quer seja ou não acompanhada de refeições. Ao oferecer apenas refeições, existirá hospitalidade, mas não hospedagem (1987, p. 16 apud Dias, 2002, p. 102).

A refletir sobre esses aspectos, pode-se afirmar que a hospitalidade e seus ritos constituem um fenômeno que possui origens em eras pré-históricas, quando ainda havia a partilha da caça e dos alimentos coletados. Com o propósito de privilegiar aspectos que alargam os limites da hospitalidade, deu-se enfoque especial às definições que abarcam suas diversas facetas com nítida relação à escola francesa, a qual aborda a hospitalidade enquanto origem de vínculo social sob influência da abordagem antropológica de Marcel Mauss.

Ao expor a concepção de Buhdiba (1981, p. 6 apud Dias, 2002, p. 100) a qual explicita que “compartilhar água e o sal criam vínculos místicos e a hospitalidade é uma comunhão na qual se estabelecem laços indissociáveis”, verifica-se que este fenômeno é bem mais amplo do que um setor econômico. Ao retomar o percurso histórico, Dias revela que na Grécia Antiga os ritos de hospitalidade consistiam em conduzir os estrangeiros ao banho para se refrescar, em seguida introduziam-nos ao local mais acolhedor da casa, a sala ou quarto, onde se acendia a lareira<sup>5</sup> (*L'hospitalité dans le monde grec*, 2001 apud Dias, 2002, p. 100).

---

<sup>5</sup> A mitologia grega atribui ao deus Lares a proteção das residências, sendo a utilização do fogo na lareira a maneira de trazer o sagrado ao rito de hospitalidade para com os estrangeiros.

Dias também pontua as relações entre a hospitalidade e a Bíblia, sobretudo em relação à festa mais importante do calendário cristão: o Natal. A autora afirma que

[...] seguramente o nascimento do menino Jesus não seria num presépio e a comemoração do Natal cristão poderia ser bastante diferente se todas as hospedarias (de Belém) não estivessem cheias e não tivesse ocorrido o primeiro e mais famoso caso de *overbooking*<sup>6</sup> da História! (DIAS, 2002, p. 100).

É possível que os ritos comemorativos do Natal fossem diferentes caso Maria e José conseguissem uma unidade habitacional, onde poderiam dar à luz a Jesus sobre uma cama ou similar, por exemplo. Decerto, haveria alterações na configuração dos elementos decorativos natalinos, em que não existiria presépio, tampouco animais, manjedoura, feno, entre outras coisas que inexistem dentro de um quarto de hospedaria. Destarte, a inexistência de uma unidade habitacional para os pais de Jesus Cristo no ano 0 confere toda uma série de desdobramentos nos ritos de festejo mais importante dos cristãos. O ato de acolher, alimentar, saciar e entreter vai permear boa parte das passagens bíblicas. Sem entrar em maiores detalhes, quando a Última Ceia foi celebrada por Jesus e seus discípulos, esses compartilharam pão e vinho. Ao remeter símbolos a esses alimentos divididos durante a Páscoa, onde o pão é o corpo e o vinho o sangue de Jesus Cristo, ainda hoje, mais de 1.970 anos, diversas religiões realizam esse rito.

Lashley (2004, p. 04) defende que “a hospitalidade envolve, originalmente, mutualidade e troca e, por meio dessas, sentimentos de altruísmo e beneficência”. Indubitavelmente, essa é a centralidade da hospitalidade, instância humana que fora fundamental para alcançar a sobrevivência da nossa espécie, conforme crê Visser em que “a própria civilização não pode se fundar até que o abastecimento de alimentos fosse assegurado” (1991, p. 02 apud Lashley, 2004, p. 11). Ao centrar o olhar sobre a produção e o consumo de alimentos, bebidas e, em menor proporção, acomodação, Lashley afirma que essas ações desempenham importante papel no estabelecimento de distinções entre os humanos e os demais seres. Segundo o autor

O papel da produção, da distribuição e do consumo de alimentos, em particular, apresenta importância na definição de algumas características

---

<sup>6</sup> Ocupação total das unidades habitacionais (UH) ou vagas de meios de transportes com lista de espera por conta de venda antecipada e que excede o que realmente existe (vende-se mais de 100% das UH ou assentos de voos, por exemplo).

essenciais de 'humanidade', e diferencia os seres humanos das outras criaturas (LASHLEY, 2004, p. 11).

Os aspectos da oferta da hospitalidade foram divididos por Lashley em três domínios (social, privado ou doméstico e comercial), o que permite a análise das atividades relacionadas em cada um desses. Sobre esses domínios, o autor afirma que podem assumir uma configuração independente, assim como apresentar caráter de sobreposição. Para o autor

O domínio social da hospitalidade considera os cenários sociais em que a hospitalidade e os atos ligados à condição de hospitalidade ocorrem junto com os impactos de forças sociais sobre a produção e o consumo de alimentos, bebidas e acomodação. O domínio privado considera o âmbito das questões associadas à oferta da 'trindade' no lar, assim como leva em consideração o impacto do relacionamento entre anfitrião e hóspede. O domínio comercial diz respeito à oferta de hospitalidade enquanto atividade econômica e inclui as atividades dos setores tanto privado quanto público (LASHLEY, 2004, p. 05-6).

Vencidos esses aspectos conceituais sobre o lazer e a hospitalidade, tenciona-se relacionar esses fenômenos ao desenvolvimento, demonstrando a aderência que ambos possuem quando postos em demandas atuais para a melhoria da qualidade de vida do ser humano.

## **6. Considerações Finais: o diálogo**

Hospitalidade e lazer não são fenômenos comumente abordados em teorias que envolvem o desenvolvimento, sobretudo esse aplicado ao rural. Os estudos turísticos são aqueles que mais se debruçam sobre esses fenômenos, devendo créditos à sociologia, à antropologia, à administração e outros campos do conhecimento que contribuem com olhares multidisciplinares à hospitalidade e ao lazer. Ao tencionar o diálogo entre lazer, hospitalidade e DR, o fenômeno que serve de suporte para tal é o turismo. Enquanto fenômeno holístico, o turismo vem sendo estudado por diversos cientistas, apresentando fases teóricas que foram identificadas pelo turismólogo e filósofo Alexandre Panosso Netto. Ao tomar como parâmetro a teoria dos paradigmas científicos de Thomas Khun, Panosso Netto (2005) identifica três fases dos modelos analíticos em turismo, sendo eles: pré-paradigmático, os paradigmáticos e os que tratam o turismo sob o enfoque de novas abordagens.

Panosso Netto agrupa na fase pré-paradigmática, os autores que iniciaram o percurso para a formulação de análises teóricas do turismo. O autor cita que identificou esses autores por não conseguirem criar uma escola de pensamento em torno das propostas teóricas criadas. Panosso Netto salienta que o fato de enquadrar autores nessa fase não necessariamente implica em descrédito (2005, p. 45). Panosso Netto elenca na segunda fase, os paradigmáticos, aqueles autores que se baseiam na Teoria Geral dos Sistemas (TGS) para explicar o turismo. Para o autor, a fim de se compreender a visão sistêmica do turismo é necessário dominar algumas particularidades da TGS, cujo pioneiro fora o biólogo austríaco Ludwig Von Bertalanffy. Esse expoente da biologia considerava inadequada a abordagem cartesiana em sua ciência de formação, visto que essa negligenciava a organização total dos seres vivos, por exemplo (PANOSSO NETTO, 2005, p. 51). Se Panosso Netto diz que a palavra chave do sistemismo é sistema, Beni oferece a seguinte definição do termo como um

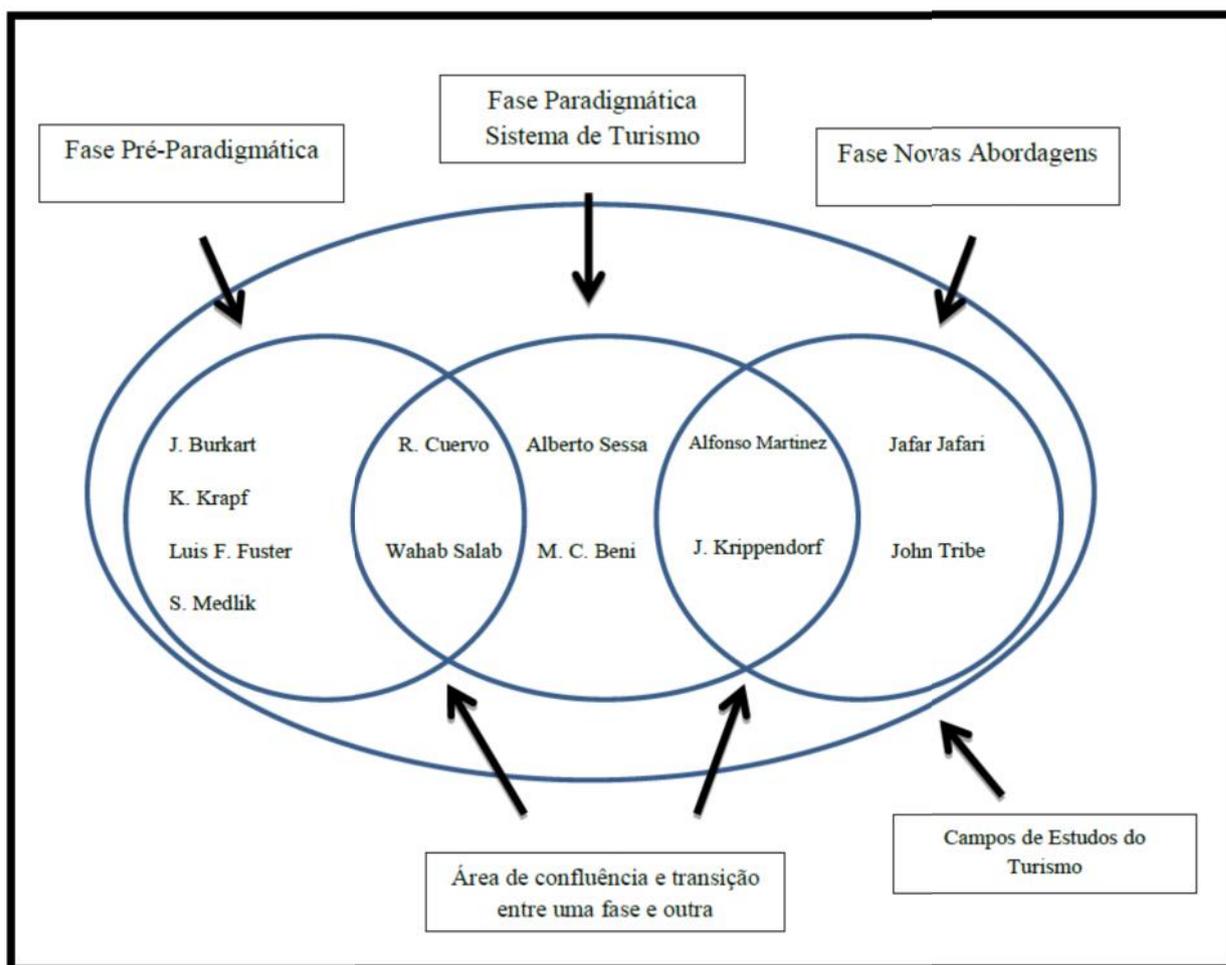
[...] conjunto de partes que interagem de modo a atingir determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas, ideias ou princípios, logicamente ordenados e coesos com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo (PANOSSO NETTO, 2005, p. 23-24).

Panosso Netto atribui o surgimento da Teoria dos Sistemas ao fato de que tudo pode ser analisado como sendo ou fazendo parte de um sistema. E por mais complexo que um sistema possa parecer, como o turístico, Panosso Netto resgata a perspectiva de Lieper, cujo enfoque sobre a teoria explica que a TGS tem como princípio reduzir a complexidade para compreender ideias e coisas mais facilmente. Sintetizando, Lieper confirma que a “estratégia para alcançar êxito é esta, separar o todo (coisa ou ideia) em seus elementos, e então identificar os atributos cruciais dos elementos para ver como eles estão conectados” (2000 apud Panosso Netto, 2005, p. 52).

Panosso Netto se debruçou em contemplar análise sobre a TGS devido à sua aplicabilidade nos estudos turísticos, constituindo-se no principal paradigma que abarca a complexidade do fenômeno turístico enquanto objeto científico. Nessa confluência entre a TGS e o turismo surge o Sistema de Turismo ou Sistur. De fato, a TGS se caracteriza atualmente como o

principal paradigma científico ao turismo, muito embora já haja teóricos que se empenham em novos desafios científicos ao turismo.

A terceira e última fase identificada por Panosso Netto é a das novas abordagens. Esse autor agrupa nessa fase os teóricos que vão requisitar outros paradigmas científicos que visam à superação do paradigma Sistur. Os intentos dessa terceira fase, segundo Panosso Netto, caracterizam-se pelo cunho antropocêntrico, recolocando o homem no centro da discussão do turismo. A fim de esquematizar as fases identificadas por Panosso Netto, recorre-se à figura que consta em sua obra “Filosofia no turismo” (2005):



**Figura 1.** Fases teóricas do turismo com base na teoria dos paradigmas de Thomas Kuhn.

Fonte: PANOSSO NETTO, 2005, p. 46.

Recorrendo ao tratamento holístico para o fenômeno turístico, Jafar Jafari (1995), em *Structure of Tourism: Three Integrated Models*, elaborou um modelo analítico que, segundo Panosso Netto, “apresenta a metáfora do trampolim para explicar o que se passa no psicológico de cada turista antes, durante e depois da viagem empreendida” (2005, p. 82). Segundo Panosso Netto, Jafari utiliza três elementos para compreender as viagens, sendo o turista (pessoa central da viagem); o estado de espírito do turista (*touristhood*) e o aparato turístico (empresas que correspondem às necessidades dos turistas).



**Figura 2.** Metáfora do trampolim.

Fonte: JAFARI (1995) apud Panosso Netto 2005, p. 82.

Segundo Panosso Netto (2005), a metáfora do trampolim apresenta seis etapas explicativas sobre o estado de espírito do turista (Figura 2). Para compreender como se sucedem as mudanças de etapas, o autor traz a seguinte explicação:

A etapa WA é a vida ordinária (comum), que cria a necessidade e o desejo de sair em viagem; a etapa AB é o processo de emancipação no qual está o ato de partida e o sentido de liberdade; a animação turística (BC) é a etapa em que se completa o ato do turismo, em que o turista é colocado no exterior de sua vida ordinária – é quando ele está em outro tempo e espaço que não o habitual; a etapa CD é o processo de repatriação, no que é inevitável o retorno da posição temporária de turista para constante realidade da base; a etapa DX é a volta ao lar do fluxo turístico, o qual incorpora a vida diária; a etapa AD é o ínterim da vida diária que continua apesar da ausência turística no meio ambiente sociofísico habitual (PANOSSO NETTO, 2005, p. 82 – 83).

A teoria dos estados de espírito dos turistas elaborada por Jafari com sua analogia ao trampolim vai ao encontro da humanização do campo científico que abarca os estudos turísticos. Essa perspectiva contempla grupos de estudiosos que buscam não apenas os aspectos monetários da atividade, haja vista que desvela uma série de fenômenos sociais, culturais, ambientais, políticos que são invisibilizados pelas cifras que a atividade turística proporciona. Realizando o elo entre a teoria de Jafari com a hospitalidade, o lazer e o DR, pode-se através das etapas identificar pontos que proporcionam críticas reflexivas quanto ao panorama do turismo dentro das discussões acerca do DR.

Segundo a Constituição de 1988, Art. 6º, o lazer é um dos direitos sociais que deve ser atendido, inclusive, pelo salário mínimo. De ciência sobre o que de fato é o lazer, deve-se não somente ater-se às análises que visam estudar e analisar cidadãos em momentos liberados das obrigações institucionais que usufruem de atividades de lazer no espaço rural. E as famílias rurais? Quais são as suas perspectivas acerca do lazer?

A abordagem das capacidades de Sen possibilita um diálogo do lazer e da hospitalidade enquanto instrumentos e fins do desenvolvimento. O fenômeno turístico no espaço rural é estudado em suas diversas facetas, cujas especificidades de cada modalidade (turismo rural, agroturismo, turismo verde, ecoturismo, etc...) fogem ao objetivo desse trabalho. Todavia, é sabido que o espaço rural enquanto espaço de lazer vem sendo aproveitado cada vez mais por cidadãos. E é somente esse recorte do fenômeno turístico que ganha destaque, negligenciando as atividades de lazer dos rurais. Sob esse viés, de fato, a oferta de espaços que possuam estruturas para acolher, alimentar, saciar e entreter pessoas oriundas de espaços diversos é uma maneira de aumentar os intitamentos das famílias rurais que possuem certa consolidação das suas necessidades básicas, satisfazendo a demanda de lazer turístico rural aos cidadãos. Nesse aspecto, o turismo vem a ofertar postos de trabalho, aumento da renda e expansão da oferta turística no espaço rural, legitimando o papel que a Constituição de 1988 atribui ao turismo como fator de desenvolvimento econômico e social (Art. 180º). E o lazer e a hospitalidade dispensados às famílias rurais que ainda não contemplaram suas necessidades básicas?

Salienta-se que a Carta Magna, no mesmo Art. 6º, discorre sobre o direito a assistência aos desamparados. Conseqüentemente, a hospitalidade enquanto fenômeno que se encarrega em

analisar as relações sociais que se sucedem durante a oferta de alimentos, bebida, acolhida e entretenimento, pode inclusive legitimar as reivindicações de pessoas que porventura não alcançaram esses direitos. Ou seja, a questão fundiária e alimentícia é uma questão de hospitalidade. Apenas como alusão, o que dizer da distribuição de terra (acolhida) aos colonos europeus em nosso País durante o século XIX, cujas doações não se bastaram no espaço em si, mas também em animais e sementes (alimentos e bebidas), proporcionando de certa forma a manutenção da reprodução social de inúmeras famílias que se encontrava em ameaça em seus países de origem?

Se a hospitalidade é meio de obtenção de liberdade, ela também é fim às famílias rurais que lutam por alimentos, bebidas e um espaço para sua reprodução social. Com o lazer não é diferente. Ofertar estruturas que proporcionem lazer aos cidadãos no espaço rural é uma maneira de desenvolver economias e alcançar melhorias aos índices sociais, mas o lazer também pode ser aquilo que famílias rurais valorizam, recorrendo a sua função de desenvolvimento preconizada por Dumazedier sob a forma atividades diversas, como as viagens, por exemplo. Sob esse viés, as famílias rurais poderão passar pelo trampolim de Jafari, inclusive.

A pesquisa *Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil – 2007* realizada conjuntamente pelo Ministério do Turismo e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) identificou que em cada 100 domicílios brasileiros tem-se que em 43,4% deles pelo menos um de seus residentes realizou, pelo menos, uma viagem (corriqueira, doméstica, internacional) em 2007. Os dados revelam ainda que quanto maior a renda familiar, maior a incidência de viagens no cotidiano da família. Assim, os números mostram que enquanto famílias que possuem renda de até quatro salários mínimos, apenas 32,4%, pelo menos um membro viaja; em famílias com renda acima dos 15 salários, mais de 76% viajam (BRASIL, 2009). Mas onde se pretende chegar? Por que pensar turismo, lazer e hospitalidade para as famílias rurais?

Ora, se Panosso Netto ao refletir o fenômeno turístico enquanto a interação de seres humanos, conclui-se que isso abarca os cidadãos do espaço rural. Panosso Netto (2005, p. 30) enfatiza que o turismo envolve



[...] seres que são turistas, seres que não são turistas, seres que podem “vir-a-ser” turistas e seres que já foram turistas; e sabemos que o ser torna-se turista pela experiência; o ser não é turista pela experiência; o ser considera-se turista pela experiência, e o ser deixa de ser turista pela experiência.

Se essa experiência, a qual motiva milhares de brasileiros em (re)conhecer o espaço rural, isso rende uma reciprocidade que aflora o desejo em também conhecer o outro em seu espaço de origem. Ao se guarnecer as necessidades elementares, como a alimentação, a saúde e o vestuário, fomenta-se o cenário propício para que famílias rurais possam usufruir de lazer, seja em sua casa, seja em outras paragens desse País.

Esses lazeres dos rurais merecem a luz teórica, inclusive como indicador de melhoria da qualidade de vida dessas famílias rurais. Ora, se Amartya Sen ao revelar que a fome é a negação da liberdade básica de sobreviver, tenciona-se que os indivíduos que se encontram nesse patamar também têm cerceado o acesso ao lazer, que dirá ao turismo. Os mais necessitados também vão carecer da hospitalidade, enquanto acesso a alimentos, a bebida, acomodação e entretenimento. O que dizer das famílias rurais que ainda reivindicam seu pedaço de terra? Sobre essa discussão inicial, abre-se uma nova perspectiva para situar o lazer e a hospitalidade em novos lugares (meios e fins) no desenvolvimento rural, enquanto necessidades humanas e universais.

## Referências

- BACAL, Sarah. *Lazer e o universo dos possíveis*. São Paulo: Aleph, 2003.
- BENI, Mário. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2003 (9ª ed.).
- BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecumênica.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Org: Iracema Almeida Valverde, Carlos Sampaio, Dilene da Paz Gomes e Rosaine Martins da Veiga. 2ª Ed. atualizada até a EC nº 38, de 12/06/2002. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2007*. FIPE, São Paulo, 2009.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Os domínios da Hospitalidade. In: DENCKER, Ada de Freitas Maneti; BUENO, Marileys Siqueira (Orgs). *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. Thomson, 2003.

CAMPBELL, Colin. *A ética romântica e o espírito do consumidor moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CASTELLS, Manuel. O limiar do eterno: o tempo intemporal. In: \_\_\_\_\_. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 2005. p. 523 – 564.

DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DIAS, Célia Maria de Moraes. O modelo de hospitalidade do Hotel Paris Ritz: um enfoque especial sobre a qualidade. In: DIAS, Célia Maria de Moraes (Org.). *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. Baurueri: Editora Manole, 2002.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

\_\_\_\_\_. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

FROMER, M; ANTUNES, A; BRITTO, S. Comida. In: TITÃS. *Jesus não tem dentes no país dos banguelas*. São Paulo: WEA, 1987.

GRINOVER, Lúcio. Hospitalidade: um tema a ser reestudado e pesquisado. In: DIAS, Célia Maria de Moraes (Org.). *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. Baurueri: Editora Manole, 2002.

KAGEYAMA, Angela A. *Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LASHLEY, Conrad. Para um entendimento teórico. In: LASHLEY, Conrad; MORRISON, Alison (Orgs). *Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado*. Baurueri: Editora Manole, 2004.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. Lazer. In: \_\_\_\_\_. *Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas*. São Paulo: Editora Aleph, 2008. p. 73 – 78.

PANOSSO NETTO, Alexandre. *Filosofia no turismo*. São Paulo: Editora Aleph, 2005.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WIKIPÉDIA. *Calendário gregoriano*. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Calend%C3%A1rio\\_gregoriano](http://pt.wikipedia.org/wiki/Calend%C3%A1rio_gregoriano). Acesso em: 01 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. *Calendário juliano*. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Calend%C3%A1rio\\_juliano](http://pt.wikipedia.org/wiki/Calend%C3%A1rio_juliano). Acesso em: 01 jun. 2013.

**Recebido em: 09/05/2013 (1ª versão) 16/09/2013 (última versão)**

**Aprovado em: 08/01/2014**